

AR

feam

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

FEAM
PROCESSO Nº 086610/2006
Anexo: 10004
Data: - Visto: feam

Nº 0170/2006

RECIBO

Recebemos de **FERROVIA CENTRO ATLANTICO S/A**, CGC/CPF.:
00.924.429/0001-75, a importância de R\$ **9.651,00** (nove mil, seiscentos e
cinquenta e um reais), referente a:

- | | | |
|--|--|--|
| <input type="checkbox"/> LP | <input type="checkbox"/> LOP | <input type="checkbox"/> LP + EIA/RIMA |
| <input type="checkbox"/> LI | <input type="checkbox"/> LIC (LP+LI) | <input type="checkbox"/> LI + EIA/RIMA |
| <input type="checkbox"/> LO | <input type="checkbox"/> LOC (LP+LI+LO) | <input type="checkbox"/> LO + EIA/RIMA |
| <input checked="" type="checkbox"/> MULTAS | Auto de Infração nº 174/2000 | |
| | Processo COPAM nº 067/1998/005/2000 | |
| <input type="checkbox"/> OUTROS | | |

Observação:

Pagamento integral conforme título nº 32304151-8 em 14/03/06.

Por ser verdade, firmamos o presente recibo em **02 (duas)** vias de igual forma e
teor.

Belo Horizonte, **17 de março de 2006.**

Marilene
MARILENE DOS SANTOS CASSIMIRO MACIEL
Gerente de Contabilidade e Finanças



CARNEIRO & SOUZA
advogados associados

21/223/05



Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Atividades Industriais do Conselho
Estadual de Política Ambiental – COPAM

Ref.: Auto de Infração nº 174/2000

Processo/COPAM/nº 067/1998/005/2000

FENM 15/03/2006 16:54 - F019814/2006

FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A., concessionária do serviço público federal de transporte ferroviário de cargas na Malha Centro-Leste, sediada em Belo Horizonte à Rua Sapucaí nº 383, Belo Horizonte/MG, CNPJ nº 00924429/0001-75, vem perante V. Exa., nos termos do art. 33, § 1º e do art. 34, inciso I do Decreto nº 39.424, de 05.02.1998, apresentar **RECURSO** contra a penalidade pecuniária aplicada pela Presidência da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM, pelas razões de fato e de direito que passa a expor:

B1

NINA/NAI

ENERGIA • MINERAÇÃO • METALURGIA • RECURSOS HÍDRICOS • MEIO AMBIENTE

Alameda da Serra, 322 - conj. 605/609 - Vale do Sereno - Nova Lima - MG - 34000-000 - Tel (31) 3286-3012 - cs.adv@carneirosouza.com.br

www.carneirosouza.com.br

**DIREITO E
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**



CARNEIRO & SOUZA

advogados associados



I – DA AUTUAÇÃO

- 1.1. A recorrente foi notificada, através do OF/COPAM/FEAM/DICOF/Nº 049/2006, datado de 17.02.2006 e **recebido em 23.02.2006**, da decisão da Presidência da FEAM que, nos autos do processo administrativo em epígrafe, indeferiu o Pedido de Reconsideração outrora apresentado, mantendo a multa aplicada e fixando o prazo de 30 (trinta) dias para apresentação da proposta do Termo de Compromisso requerido.
- 1.2. A decisão ora recorrida baseou-se no Auto de Infração nº 174/2000, imputando à empresa prática da seguinte irregularidade: *"emitir ou lançar líquidos, causadores de degradação ambiental, em desacordo com o estabelecido nas deliberações normativas, em consequência do derramamento de grande quantidade de Linear Alquilbenzeno – LAB proveniente do descarrilhamento de 6 vagões no município de Buenópolis."*
- 1.3. Entretanto, inconformada com a penalidade que aplicada, a Recorrente vem agora, por meio deste instrumento, apresentar **RECURSO** contra a decisão acima referida, fazendo-o devidamente acompanhado de cópia da guia de recolhimento do valor da multa, atendendo, destarte, ao requisito de admissibilidade previsto no art. 35 do Decreto nº 39.424/1998.

II – DA NULIDADE DO PROCESSO EM FACE DA EXISTÊNCIA DE VÍCIO DE FORMALIZAÇÃO

- 2.1. Retomando argumento desenvolvido desde a fase de defesa prévia e ainda não devidamente enfrentado nos pareceres jurídicos de fls. 67-68 e 96-97, cumpre mais uma vez ressaltar que a autuação ora contraposta padece de grave e indisfarçável defeito formal de procedimento administrativo, suficiente, por si só, para motivar sua desconstituição, bem como seu consequente e definitivo arquivamento.
- 2.2. **Com efeito, o agente autuante descuidou-se por completo do supedâneo legal dado ao AI nº 174/2000, porquanto tenha inadvertidamente omitido — no corpo do próprio formulário descritivo da infração —, a exata referência a qualquer dos três parágrafos e correspondentes itens do art. 19 do Decreto nº 39.424/1998.**

ENERGIA • MINERAÇÃO • METALURGIA • RECURSOS HÍDRICOS • MEIO AMBIENTE

Alameda da Serra, 322 - conj. 605/609 - Vale do Sereno - Nova Lima - MG - 34000-000 - Tel (31) 3286-3012 - cs.adv@carneiroesouza.com.br
www.carneiroesouza.com.br

**DIREITO E
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**



CARNEIRO & SOUZA

advogados associados



- 2.3. Vale salientar que o art. 24, incisos II e III desse mesmo diploma regulamentar indica, como elemento essencial e indispensável para a correta formação da lide administrativa, além do enunciado adequado e preciso do **fato constitutivo** de cada infração identificada, a **disposição legal ou regulamentar em que se fundamenta a autuação**, permitindo que o autuado possa se opor especificamente às irregularidades que lhe são atribuídas.
- 2.4. Em igual medida, o art. 5º da Lei nº 14.184, de 31.01.2002 estabelece, em seus incisos V e VI, como critérios a serem observados nos processos administrativos, a **indicação dos pressupostos de fato e de direito** que embasam a decisão, bem como a **observância das formalidades essenciais** à garantia dos direitos dos postulantes e dos destinatários do processo.
- 2.5. Na verdade, traduzindo uma típica manifestação das prerrogativas inerentes ao exercício do poder de polícia, o ato de vontade que faz emitir o Auto de Infração não escapa aos pressupostos de constituição válida e regular dos atos administrativos em geral, sendo certo que aquele instrumento, ao qualificar a conduta do administrado, atribuindo-se-lhe a prática de ato infracional, e, portanto, contrário à finalidade de interesse público consagrada pela ordem jurídica, deve atender ao requisito formalístico da motivação¹, expondo e justificando exaustivamente as razões de fato e **sobretudo de direito** que o fundamentaram. Para CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO:

"...a exigência de motivação dos atos administrativos, contemporânea à prática do ato, ou pelo menos anterior a ela, há de ser tida como uma regra geral, pois os agentes administrativos não são "donos" da coisa pública, mas simples gestores de interesses de toda a coletividade, esta, sim, senhora de tais interesses [...]. Logo, parece óbvio que, praticado o ato em um Estado onde tal preceito é assumido e que, ademais, qualifica-se como "Estado Democrático de Direito" (art. 1º, caput), proclamando, ainda, ter como um de seus fundamentos a "cidadania" (inciso II), os cidadãos e em particular o interessado no ato têm o direito de saber por que foi praticado, isto é, que fundamentos o justificam."²

¹ Cf. BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de direito administrativo*. 14. ed. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 363.

² BANDEIRA DE MELLO. op. cit., p. 355.



CARNEIRO & SOUZA

advogados associados



- 2.6. É assim que, ao teor do art. 50, inciso II, da Lei Federal nº 9.784, de 29.01.1999 — aqui aplicável subsidiariamente —, os atos administrativos que impliquem a imposição de sanções — incluindo-se dentre eles os autos de constatação de infração administrativa — devem apresentar motivação precisa e coerente, não só apontando os fatos que lhe deram causa, mas também sua base jurídica.
- 2.7. Isso impõe ao agente do órgão ambiental o dever de enunciar, **com exatidão e de maneira correta**, as bases fáticas e normativas estruturantes da autuação, em garantia dos princípios constitucionais do **contraditório** e da **ampla defesa** consagrados no art. 5º, inciso LV da Constituição da República, c/c art. 70, § 4º da Lei Federal nº 9.605, de 12.02.1998, c/c art. 2º da Lei Federal nº 9.784/1999, c/c art. 2º da Lei nº 14.184/2002.
- 2.8. Afinal, conhecer precisamente os contornos da acusação imputada é pressuposto básico, tanto para que o administrado impugne, quanto para que até mesmo possa, eventualmente, acatar a autuação. Admitir o contrário significaria consagrar um sistema procedimental insensato e injusto, no qual o acusado defender-se-ia às cegas, solto à própria sorte, desprovido das garantias fundamentais do Estado Democrático de Direito, o que, por óbvio, é totalmente inadmissível face à ordem constitucional vigente.
- 2.9. Importante considerar que a obrigatoriedade de motivação não pode e não deve ser entendida como elemento meramente acessório ou accidental em face de outras prescrições formais inerentes ao Auto de Infração, e sim como pressuposto constitutivo da própria pretensão punitiva do Poder Público.
- 2.10. De tal sorte, a caracterização legal incorreta — **como quando faltante um dos elementos de identificação exata da irregularidade administrativa verificada** — fulmina de nulidade absoluta e insanável a peça de autuação, impondo o arquivamento do correspondente processo administrativo, pela ausência de requisito essencial inerente à sua validade.

III – DO DIREITO DA RECORRENTE À REDUÇÃO DA PENALIDADE APLICADA

- 3.1. *Ad argumentandum tantum*, mesmo que seja mantida a penalidade aplicada, apesar do inequívoco vício formal subjacente à autuação,



CARNEIRO & SOUZA

advogados associados



é imperioso reconhecer o direito da Recorrente à redução em até 50% (cinquenta por cento) de seu valor, face ao benefício contido no art. 21, §§ 4º e 6º do Decreto nº 39.424/1998, *in verbis*:

"Art. 21 -

§ 2º - As multas poderão ter sua exigibilidade suspensa quando o infrator, por Termo de Compromisso aprovado pelo órgão que aplicou a penalidade, se obrigar à adoção de medidas específicas para cessar ou corrigir a poluição ou degradação, sendo facultado às partes celebrar termo aditivo;

§ 4º - Cumpridas as obrigações assumidas pelo infrator, a multa poderá ter o seu valor reduzido em até 50% (cinquenta por cento)."

- 3.2. Cabe salientar, nesse contexto, que conforme bem reconhecido nos pareceres técnico e jurídico que instruíram a decisão punitiva nº 47/2003 (fls. 70 dos autos), a empresa envidou seus melhores esforços no sentido de limitar o evento acidentário e recompor a área afetada, fato este que conduziu à redução da multa imposta, pelo acolhimento da atenuante consignada no art. 21, § 1º, inciso I, alínea "a" do Decreto nº 39.424/1998 c/c no art. 3º, inciso I, alínea "a" da Deliberação Normativa COPAM nº 27, de 09.09.1998.
- 3.3. Dessa forma, tendo já efetivamente cessado as circunstâncias que ensejaram a autuação e corrigido os efeitos adversos oriundos da exposição ao solo à substância química denominada *Linear Alquilbenzeno - LAB*, é certo que os requisitos essenciais que poderiam constar de um eventual Termo de Compromisso já foram integralmente atendidos pela Recorrente, dispensando sua efetiva assinatura para a concessão do benefício ora pleiteado.
- 3.4. Forçoso, concluir, destarte, que, assentado em inúmeros precedentes firmados pelas Câmaras Especializadas e pela própria FEAM, nas matérias de sua competência, cumpre seja deferido à FCA a redução em até 50% (cinquenta por cento) do valor da multa que lhe foi atribuída, reconhecendo-se a desnecessidade de assinatura daquele instrumento compromisso, a cuja assinatura a empresa renuncia expressamente com a interposição do presente Recurso.

ENERGIA • MINERAÇÃO • METALURGIA • RECURSOS HÍDRICOS • MEIO AMBIENTE

Alameda da Serra, 322 - conj. 605/609 - Vale do Sereno - Nova Lima - MG - 34000-000 - Tel (31) 3286-3012 - cs.adv@carneiroesouza.com.br

www.carneiroesouza.com.br

DIREITO E
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



CARNEIRO & SOUZA

advogados associados



IV - DA IMPOSSIBILIDADE DA INCIDÊNCIA DE JUROS MORATÓRIOS SOBRE O VALOR DA MULTA APLICADA

- 4.1. Ressalte-se, ademais, que o Termo de Compromisso previsto no art. 17 da Lei nº 7.772, de 08.09.1980 e do art. 21, § 2º do Decreto nº 39.424/1998, além de obrigar à eliminação das condições que levaram à autuação, apresenta duas outras consequências fundamentais, constituindo-se a primeira delas na redução do valor da penalidade em até 50% (cinquenta por cento), quando o autuado cumpre as obrigações assumidas, e a segunda na atribuição de efeito suspensivo ao Pedido de Reconsideração.
- 4.2. Assim sendo, é indisputável que o infrator que faz jus à assinatura de Termo de Compromisso tem direito à suspensão da eficácia da decisão recorrida e à redução do valor da penalidade aplicada.
- 4.3. Ora, no caso presente, como as obrigações e medidas que poderiam constar daquele ajuste já haviam sido adotadas pela Recorrente, dispensando sua efetiva assinatura, há que se reconhecer que a penalidade de multa aplicada pela FEAM teve sua exigibilidade suspensa desde o protocolo do Pedido de Reconsideração, pelo que não caberia, na espécie, a aplicação dos juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.
- 4.4. À vista do exposto, demonstrada a irregularidade da incidência de juros sobre o montante da penalidade pecuniária, impõe-se a revisão de cálculo do valor ora depositado, restituindo à Recorrente as parcelas indevidamente cobradas.

V - DOS PEDIDOS

Por tudo o exposto, serve o presente **Recurso** para requerer:

- a) a descaracterização do AI nº 174/2000 e o arquivamento do processo administrativo correspondente, por ausência de indicação do dispositivo jurídico-regulamentar infringido;
- b) caso não logre sucesso o pedido anterior, a redução em até 50% (cinquenta por cento) do valor da multa aplicada, independentemente da assinatura do Termo de Compromisso, por já terem sido tomadas todas as providências que dele poderiam constar, eliminando-se do valor final apurado os

ENERGIA - MINERAÇÃO - METALURGIA - RECURSOS HÍDRICOS - MEIO AMBIENTE

Alameda da Serra, 322 - conj. 605/609 - Vale do Sereno - Nova Lima - MG - 34000-000 - Tel (31) 3286-3012 - cs.adv@carneiroesouza.com.br

www.carneiroesouza.com.br

**DIREITO E
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**



CARNEIRO & SOUZA


advogados associados


juros moratórios que incidiram após o ingresso do Pedido de Reconsideração.



Nestes termos,
Pede deferimento.

Belo Horizonte, 15 de março de 2006.


Marcos André Basílio de Souza
OAB/RJ 61.968


Ricardo Carneiro
OAB/MG 62.391